

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUEST/AL

GESTÃO ADMINISTRATIVA

**FUNASA**  
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE ALAGOAS



Ministério da Saúde  
Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde  
Fundação Nacional de Saúde

**Superintendência Estadual de Alagoas**

## **Relatório de Gestão do Exercício de 2011**

**Março – 2012**

## ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO</b>	4
<b>1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONDA</b>	5
1.1. Identificação da Suest-AL - Relatório de Gestão Individual	
<b>2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE</b>	6
2.1. Responsabilidades institucionais da unidade	6
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	6
2.3. Programas do Governo Federal	7
2.3.1. Subações sob a Responsabilidade da Suest-Alagoas	8
2.3.2. Resumo da Execução Física das Subações realizadas pela Suest-AL	22
2.4. Desempenho Orçamentário / Financeiro	26
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa	26
2.4.3. Programação de Despesa de Capital	26
2.4.3.2. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	27
2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa	28
2.4.4.3. Despesa por Modalidade de Contratação de Créditos Recebidos por Movimentação	28
2.4.5. Despesa Corrente por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Recebidos	29
2.4.6. Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos	29
2.4.7. Indicadores Institucionais	31
<b>3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS</b>	32
<b>4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	32
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	32
<b>5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS</b>	34
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	34
5.1.1. Força de Trabalho da Suest-AL	34
5.1.2. Situação que reduzem a força de trabalho efetiva	34
5.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas	35
5.1.4. Qualificação do Quadro de Pessoal segundo a idade	35
5.1.5. Qualificação do Quadro de Pessoal segundo a escolaridade	35
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	36
5.2.1. Classificação dos Servidores Inativos segundo o regime de proventos de aposentadoria	36
5.2.2. Demonstração das Origens das Pensões	36
5.3. Composição do Quadro de Estagiários	36
5.4. Demonstração dos Custos de Pessoal da Suest-AL	37
5.5. Terceirização de Mão de Obra	38
5.5.1. Informações sobre Terceirização de Cargo e Atividades	38
5.5.3. Informações sobre Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância	39
5.5.4. Informações sobre locação de Mão de Obra não abrangidas pelo plano de cargos	39
<b>6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS</b>	40
6.2. Informações sobre Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos	40
6.2.1. Informações sobre Análises das Prestações de Contas de Convênios e Contratos	41
<b>7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV</b>	43
<b>8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS</b>	44
8.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8730/93	45
<b>9. SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DA SUEST-AL</b>	46
9.1. Estrutura de controles internos da Suest-AL	46
<b>10. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>	47
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	47
<b>11. GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO</b>	49
<b>12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)</b>	54

<b>13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO</b>	54
<b>14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA</b>	54
<b>15. INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU</b>	54
15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício	54
15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	56
15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício	57
15.4. Recomendações do OCI pendentes ao final do exercício	57
<b>16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO</b>	57
16.1. Recomendações Atendidas no exercício 2011	57
16.2. Recomendações Pendentes	59
<b>17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO</b>	61
<b>18. ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	62
<b>19. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS ESTATAIS</b>	62
<b>20. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL</b>	62
<b>21. FUNDOS PARTIDÁRIOS</b>	62
<b>22. FUNDOS CONSTITUCIONAIS</b>	62
<b>23. INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES</b>	62
<b>24. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICA-FINANCEIRA</b>	62
<b>25. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES DE EMPRESAS PÚBLICAS</b>	62
<b>26. CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”</b>	62
<b>27. CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS</b>	62
<b>28. IMOVEIS ALIENADOS EM 2010 (PLANO DE DESOMIBILIZAÇÃO)</b>	62
<b>29. CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS (OUTROS)</b>	62
<b>30. AVALIAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS CELEBRADOS</b>	62
<b>CONCLUSÃO</b>	63

## APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão visa à prestação de contas da Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas para julgamento junto ao Tribunal de Contas da União.

Está estruturado seguindo os itens apontados na IN-TCU nº63/2010, DN-TCU nº 108/2010, Portaria TCU nº123/2011 e orientações da Coordenação Geral de Planejamento da Presidência da Funasa.

Os seguintes itens não se aplicam à natureza jurídica da Unidade porque são de responsabilidade da Presidência da Instituição:

- 12: Gestão de Tecnologia da Informação
- 14: Renúncia Tributária
- 18: Demonstrações Contábeis de Balanços: Orçamentários, Patrimonial e Financeiro; Variações Patrimoniais e Fluxo de Caixa.
- 19: Demonstrações Contábeis de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Resultado do Exercício, Fluxos de Caixa e Valor Adicionado.
- 20: Informações sobre composição acionária
- 21: Informações sobre fundos partidários
- 22: Informações sobre fundos constitucionais
- 23: Indicadores de empenho do IFES
- 24: Análise de situação econômica-financeira
- 25: Remuneração para administradores de empresas públicas
- 26: Contratações de consultores na modalidade “Produto”.
- 27: Contrato de Gestão
- 28: Informações a respeito da desmobilização de ativos imobiliários.
- 29: Quadros do Contrato de Gestão
- 30: Termos de Parcerias.

Como pontos positivos em 2011 podemos citar:

Mais de 95% das metas previstas no Plano Operacional foram atingidas.

Todas as análises de projetos e visitas técnicas da área de engenharia foram realizadas, bem como a cooperação técnica para os municípios.

Foi concluído o processo licitatório para aquisição de 01 unidade móvel de controle da qualidade da água (UMCQA), que será entregue montada nos primeiros meses de 2012.

As dificuldades encontradas para realização de metas previstas diz respeito aquelas que a Suest-AL dependia de outras instâncias para seu cumprimento total.

Os municípios continuam com dificuldades para elaboração de projetos técnicos na área de engenharia.

A lentidão em alguns processos licitatórios, devido às exigências da Lei não atendidas pelas empresas concorrentes impediu a realização de eventos de capacitação proposto.

Carência de pessoal em todos os níveis.

## 1. Relatório de Gestão Individual

### Quadro A.1.1 - Identificação da Suest-AL – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde		Código SIORG: 304
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa	Fundação Nacional de Saúde (SIORG=2207) Superintendência Estadual de Alagoas	
Denominação Abreviada	Suest-AL da Funasa	
<b>Código SIORG: 7475</b>	<b>Código LOA: 36.211</b>	<b>Código SIAFI: 255.002</b>
Situação: ATIVA		
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo Federal		
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde Federal, Estadual e Municipal		<b>Código CNAE: 8412-4/00</b>
Telefone: 82-3194-2011		Fax: 82-3194-2055
Endereço Eletrônico:	coreal.gab@funasa.gov.br	
Página da Internet:	<a href="http://www.funasa.gov.br">www.funasa.gov.br</a> + <a href="https://twitter.com/assessoriafunasaal">www.twitter.com/assessoriafunasaal</a>	
Endereço Postal: Av. Durval de Góes Monteiro, 6122, Tabuleiro dos Martins, Maceió-AL, CEP: 57.080.000.		
CNPJ:	26.989.350/0015-11	
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada		
A Funasa foi instituída no disposto do Art. 14 da Lei nº 8.029 DOU de 12-04-1990. Decreto nº 100, de 16-04-1991. Estatuto homologado pelo Decreto nº 4.727 DOU de 09-06-2003. Regimento Interno apoiado pela seguinte legislação: Portaria nº 1.776 DOU de 08.09.2003 com última alteração pela Portaria nº 1.869 DOU de GM/MS de 07-08-2007. Decreto nº 7.336/2010		
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Não há Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Suest-AL.		

## 2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

### 2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

A Funasa é um órgão executivo do Ministério da Saúde tendo como atribuições promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças e também por formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

Essas ações estão mais voltadas para áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos, reservas extrativistas e municípios com população até 50.000 habitantes.

A partir do processo de estruturação e implementação do subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), A Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde. Coube a Funasa, assegurar até 31 de dezembro de 2011, todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

A Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas – Suest-AL, teve a responsabilidade de desenvolver os dois programas de governo que constam de sua Missão Institucional em 2011:

- ❖ As ações de **Saneamento Ambiental** desenvolvidas em todos os municípios de Alagoas, sendo priorizados os de até 50.000 habitantes e os situados na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, bem como a região do semiárido alagoano foram: saneamento em áreas de quilombos, saneamento em aldeias indígenas, melhorias de habitações para controle da Doença de Chagas, abastecimento públicos de água, esgotamento sanitário público, programas de resíduos sólidos, melhorias sanitárias domiciliares e saneamento em escolas públicas rurais. Além desses foi implementada a Cooperação Técnica aos municípios, principalmente para a estruturação dos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB.
- ❖ As ações de **Saúde Ambiental** cujo serviço começou a ser estruturado em 2011, têm como objetivos principais o controle da qualidade da água para consumo humano e a educação em saúde voltada para o saneamento ambiental.

### 2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

A Suest-AL desenvolveu seus trabalhos em 2011 norteados pelo Plano Operacional (PO) que foi construído pela Divisão de Engenharia de Saúde Pública (Diesp) Divisão de Administração (Diadm), Serviços de Recursos Humanos (Sereh), Serviço de Saúde Ambiental (Sesam) e Assessoria de Planejamento tendo como base as ações inerentes ao estado de Alagoas do

Plano Operacional da Presidência da Funasa que por sua vez teve como base o Plano Plurianual – PPA, aprovado como estratégia do Governo Federal para o quadriênio 2008 a 2011.

Conta com a seguinte estrutura para desenvolver suas ações:

- ❖ **Divisão de Engenharia de Saúde Pública – Diesp** cujas atividades são baseadas a partir de repasse de recursos pela Funasa-Presidência (Brasília-DF) através de convênios – PPA e termos de compromisso - PAC – que são firmados com os municípios com prioridade para aqueles de até 50.000 habitantes e o Governo do Estado. A equipe de técnicos é formada basicamente por engenheiros, inspetores e auxiliares de saneamento e o pessoal de apoio administrativo e suas atividades são: análise técnica, aprovação (ou não), acompanhamento das obras (de responsabilidade de cada município) e emissão de parecer final. As dificuldades continuam sendo de parte de alguns municípios que seguem não atendendo as exigências definidas para consolidação dos convênios. Mantiveram-se os contatos com a Associação dos Municípios de Alagoas – AMA, visando a solução de problemas.
- ❖ **Divisão de Administração – Diadm** – para pagamentos diversos, controle de transportes, vigilância, manutenção, limpeza, conservação, aberturas de tomada de conta especial, etc.
- ❖ **Serviço de Recursos Humanos – Sereh** - para atividades inerentes como: cadastro, informações à Presidência da Funasa para elaboração da folha de pagamento, licenças, capacitação, aposentadorias, implantação das ações de Qualidade de Vida no Trabalho QVT, atendimento ao plano de providências da CGU e TCU, etc. A assistência odontológica mais uma vez correspondeu às expectativas dos servidores e seus dependentes.
- ❖ **Serviço de Saúde Ambiental – Sesam** - serviço que começou a ser estruturado em 2011 tendo como objetivos principais o controle da qualidade da água para consumo humano e a educação em saúde apoiando os municípios na implantação e implementação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS)
- ❖ **Serviço de Convênios – Secon** – para análise de prestação de contas de convênios celebrados entre a Funasa e os municípios e estado de Alagoas.

Mais à frente, quando tratarmos do desenvolvimento das ações de governo desenvolvidas pela Suest-AL, detalharemos os resultados obtidos e as respectivas análises críticas de desempenho com seus aspectos positivos, negativos e sugestões para correções futuras.

### **2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da Suest-AL.**

#### **NOTAS:**

❖ **A Suest-AL não faz o acompanhamento de execução financeira da SUBAÇÃO, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras SUBAÇÕES.**

❖ **As Fontes dos Programas e Ações do Governo Federal são do SIGPLAN e das SUBAÇÕES são do Plano Operacional da Suest-AL.**



### 2.3.1. Subações sob a Responsabilidade da Suest-Alagoas

#### Quadros A.2.1.

#### Programa 0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto.

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 0122	<b>Denominação:</b> Serviços Urbanos de Água e Esgoto
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
<b>Gerente:</b> Leodegar da Cunha Tiscoski – M. das Cidades	<b>Responsável:</b> Ruy Gomide Barreira – Funasa
<b>Público Alvo:</b> População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

#### Ações do Programa 0122 e SUBAÇÕES de Responsabilidade da Suest-AL.

Identificação da Ação					
<b>Denominação:</b> 20AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano					
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade					
<b>Finalidade:</b> Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidas na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.					
<b>Descrição:</b> Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade de água em áreas indígenas.					
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde					
<b>Coordenador da Ação:</b> Antonio Henrique Carvalho Pires					
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Saúde Ambiental (DESAM)					
Identificação da SUBAÇÃO					
<b>Denominação:</b> nº 46.583 – AL-FUNASA-Apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano.					
Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar 14 sistemas de abastecimentos de água com a implementação de ações voltadas para o controle da qualidade da água para consumo humano.	Sistemas Atendidos	unidade	14	14	100%
Adquirir 01 unidade móvel de controle da qualidade da água (UMCQA)	Unidade Adquirida	unidade	01	01	100%

#### Análise Crítica:

Os municípios atendidos foram: Água Branca, Campestre, Delmiro Gouveia, Flexeiras, Maragogi, Olho D'Água das Flores, Pariconha, Penedo, Poço das Trincheiras, Porto de Pedras, São Braz, São José da Tapera, São Miguel dos Campos e Senador Rui Palmeira.

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação: 6908</b> - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
<b>Descrição:</b> As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais / comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Antonio Henrique Carvalho Pires
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Saúde Ambiental (DESAM)

<b>Identificação da SUBAÇÃO</b>					
<b>Denominação: nº 47.003</b> – AL-FUNASA-Implantar e Implementar ações de Educação em Saúde voltadas para o saneamento Ambiental.					
Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar 29 municípios na implantação e implementação de PESMS nos convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2011.	Município Apoiado	unidade	29	29	100%

**Análise Crítica:**

Os municípios apoiados foram: Batalha, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Canapi, Coruripe, Estrela, Girau do Ponciano, Iateguara, Inhapi, Jacaré dos Homens, Jequiá da Praia, Lagoa da Canoa, Maragogi, Olho D'Água do Casado, Olho D'Água das Flores, Olivença, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar, Piaçabuçu, Poço das Trincheiras, Porto Real do Colégio, Santana de Ipanema, Santana do Mundaú, São Braz, São José da Tapera, Tanque D'Arca, Teotônio Vilela, Traipu, Viçosa.

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação: 10GD</b> - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
<b>Descrição:</b> Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Ruy Gomide Barreira
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

<b>Identificação da SUBAÇÃO</b>					
<b>Denominação: nº46.503</b> – Abastecimento de Água em municípios de até 50.000 habitantes.					
Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Analisar 62 projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos a exercícios anteriores a 2011.	Projeto analisado	unidade	62	62	100%
Realizar 34 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos a exercícios anteriores a 2011.	Visita realizada	unidade	34	34	100%

#### **Análise Crítica:**

No ano de 2011 as metas foram definidas de acordo com a capacidade instalada no Diesp, ou seja, recursos humanos, materiais e quantitativo de diárias para realizar as visitas técnicas e também tudo aquilo que estava na governabilidade da Suest-AL. Ficou de fora metas como conclusão de obras que dependem exclusivamente dos municípios. Por esses motivos raríssimas exceções não foram cumpridas.

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Denominação: 2272</b> – Gestão e Administração do Programa					
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade					
<b>Finalidade:</b> Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.					
<b>Descrição:</b> Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração do programa					
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde					
<b>Coordenador da Ação:</b> Ruy Gomide Barreira					
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)					
<b>Identificação da SUBAÇÃO</b>					
<b>Denominação: nº47.783</b> – Apoio ao processo de seleção do PAC-2					
Metas	Produtos	Unidade de	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/

		Medida			Programado %
Realizar visita local para definição da contratação de projetos	Visita realizada	unidade	30	30	100%
Realizar entrevistas com municípios pré-selecionados para realização de obras	Entrevista realizada	unidade	16	16	100%
Realizar visita técnica preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta	Visita realizada	unidade	32	32	100%

#### **Análise Crítica:**

No ano de 2011 as metas foram definidas de acordo com a capacidade instalada no Diesp, ou seja, recursos humanos, materiais e quantitativo de diárias para realizar as visitas técnicas e também tudo aquilo que estava na governabilidade da Suest-AL. Ficou de fora metas como conclusão de obras que dependem exclusivamente dos municípios. Por esses motivos raríssimas exceções não foram cumpridas.

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Denominação: 10GE</b> - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).					
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto					
<b>Finalidade:</b> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.					
<b>Descrição:</b> Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.					
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde					
<b>Coordenador da Ação:</b> Ruy Gomide Barreira					
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)					
<b>Identificação da SUBAÇÃO</b>					
<b>Denominação: nº46.543</b> - Esgotamento Sanitário em municípios de até 50.000 habitantes					
Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 29 projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário de exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	29	29	100%
Realizar 15 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores a 2011	Visita Realizada	unidade	15	15	100%

#### **Análise Crítica:**

No ano de 2011 as metas foram definidas de acordo com a capacidade instalada no Diesp, ou seja, recursos humanos, materiais e quantitativo de diárias para realizar as visitas técnicas e também tudo aquilo que estava na governabilidade da Suest-AL. Ficou de fora metas como conclusão de obras que dependem exclusivamente dos municípios. Por esses motivos raríssimas exceções não foram cumpridas.

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Denominação: 20AG</b> - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.					
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade					
<b>Finalidade:</b> Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o					

fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.

**Descrição:** Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêm e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde

**Coordenador da Ação:** Ruy Gomide Barreira

**Unidade Executora:** Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

#### Identificação da SUBAÇÃO

**Denominação: n°46.563** - Fomento a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB

Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar tecnicamente 11 municípios com a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico	Município Apoiado	unidade	11	11	100%

#### Análise Crítica:

No ano de 2011 as metas foram definidas de acordo com a capacidade instalada no Diesp, ou seja, recursos humanos, materiais e quantitativo de diárias para realizar as visitas técnicas e também tudo aquilo que estava na governabilidade da Suest-AL. Ficou de fora metas como conclusão de obras que dependem exclusivamente dos municípios. Por esses motivos raríssimas exceções não foram cumpridas.

#### Identificação da Ação

**Denominação: 7652** - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos

**Tipo de Ação:** Projeto

**Finalidade:** Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.

**Descrição:** Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde

**Coordenador da Ação:** Ruy Gomide Barreira

**Unidade Executora:** Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

#### Identificação da SUBAÇÃO

**Denominação: n°46.504** – Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares - MSD

Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 19 projetos de implantação de MSD de exercícios anteriores a 2011	Projeto analisado	unidade	19	19	100%
Realizar 22 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores a 2011	Visita realizada	Unidade	22	22	100%

#### Análise Crítica:

No ano de 2011 as metas foram definidas de acordo com a capacidade instalada no Diesp, ou seja, recursos humanos, materiais e quantitativo de diárias para realizar as visitas técnicas e também tudo aquilo que estava na governabilidade da Suest-AL. Ficou de fora metas como conclusão de obras que dependem exclusivamente dos municípios. Por esses motivos raríssimas exceções não foram cumpridas.

### Programa 1036 – Integração de Bacias Hidrográficas

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 1036	<b>Denominação:</b> Integração das Bacias Hidrográficas
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Disponibilizar água bruta para usos múltiplos	
<b>Objetivos Específicos:</b> Aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica.	
<b>Gerente:</b> Francisco Campos de Abreu – Ministério da Integração Nacional	<b>Responsável:</b> Ruy Gomide Barreira - Funasa
<b>Público Alvo:</b> Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana.	

Fonte: Sigplan

### Ações do Programa 1036 e SUBAÇÕES de responsabilidade da Suest-AL.

Identificação da Ação					
<b>Denominação:</b> 10SK - Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com até 50.000 Habitantes, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).					
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto					
<b>Finalidade:</b> Proporcionar à população acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários, visando seu bem-estar, a melhoria da saúde, o desenvolvimento econômico e a preservação da qualidade dos corpos de água.					
<b>Descrição:</b> Elaboração de estudos e projetos, aquisição de equipamentos e implantação, a ampliação ou a melhoria dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários, envolvendo as atividades de coleta, elevação, tratamento, destino final dos efluentes, microdrenagem (quando necessária à manutenção da integridade do sistema), soluções individuais, ligações domiciliares e instalações de unidades sanitárias.					
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde					
<b>Coordenador da Ação:</b> Ruy Gomide Barreira					
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)					
Identificação da SUBAÇÃO					
<b>Denominação:</b> n°46.524 - Esgotamento Sanitário em municípios da Bacia do São Francisco					
Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 03 projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em municípios da Bacia Receptora do São Francisco de exercícios anteriores a 2011.	Projeto Analisado	Unidade	03	03	100%

#### Análise Crítica:

No ano de 2011 as metas foram definidas de acordo com a capacidade instalada no Diesp, ou seja, recursos humanos, materiais e quantitativo de diárias para realizar as visitas técnicas e também tudo aquilo que estava na governabilidade da Suest-AL. Ficou de fora metas como conclusão de



obras que dependem exclusivamente dos municípios. Por esses motivos raríssimas exceções não foram cumpridas.

Identificação da Ação					
<b>Denominação:</b> 10SV - Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto					
<b>Finalidade:</b> Garantir o abastecimento de água em quantidade e qualidade de forma sustentável para melhoria das condições de vida das populações rurais vizinhas as obras, e, paralelamente, minimizar os riscos sociais, sanitários e financeiros associados a eventuais praticas de retirada clandestina de água dos canais e reservatórios do projeto.					
<b>Descrição:</b> Ação compreenderá a implementação de estruturas de captação, prioritariamente junto aos reservatórios, constituídas de tomada d água, unidade de bombeamento e estação compacta de tratamento de água; redes de distribuição desde as captações até as localidades rurais a serem atendidas; unidades locais de abastecimento comunitário (constituídas de caixa d água e chafariz) nas localidades não servidas por redes de distribuição domiciliar (situação da grande maioria dos logradouros cadastrados); poços acoplados a unidades locais de abastecimento comunitário para as comunidades que, dada a sua localização e dimensão não se mostre viável a adução da água dos reservatórios do sistema, desde que haja disponibilidade hídrica subterrânea para tal.; cisternas de placas para atender as populações isoladas.					
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde					
<b>Coordenador da Ação:</b> Ruy Gomide Barreira					
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)					
Identificação da SUBAÇÃO					
<b>Denominação:</b> nº46.703 - Abastecimento de Água na Bacia do São Francisco					
Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 05 projetos de Abastecimento de Água em municípios da Bacia Receptora do São Francisco de exercícios anteriores a 2011.	Projeto Analisado	Unidade	05	05	100%
Realizar 04 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores a 2011	Visita realizada	Unidade	04	04	100%

#### **Análise Crítica:**

No ano de 2011 as metas foram definidas de acordo com a capacidade instalada no Diesp, ou seja, recursos humanos, materiais e quantitativo de diárias para realizar as visitas técnicas e também tudo aquilo que estava na governabilidade da Suest-AL. Ficou de fora metas como conclusão de obras que dependem exclusivamente dos municípios. Por esses motivos raríssimas exceções não foram cumpridas.

#### **Programa 1287 – Saneamento Rural.**

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 1287	<b>Denominação:</b> Saneamento Rural
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
<b>Gerente:</b> Faustino Barbosa Lins Filho - Funasa	<b>Responsável:</b> Ruy Gomide Barreira - Funasa
<b>Público Alvo:</b> População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

## Ações do Programa 1287 e SUBAÇÕES de reponsabilidade da Suest-AL.

Identificação da Ação					
<b>Denominação: 10GC</b> - Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais - "Saneamento em Escolas".					
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto					
<b>Finalidade:</b> Promover a melhoria das condições de saúde dos alunos, reduzir evasão escolar e elevar a capacidade de ensino e aprendizagem por meio da melhoria das condições sanitárias das escolas públicas rurais em municípios selecionados.					
<b>Descrição:</b> Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água mediante estudo hidrológico local e instalação de poço tubular (poços, cisternas, cacimbões, dentre outros); pequenas adutoras; dessalinizadores, quando necessário; caixas d'água; banheiros com dois gabinetes e um lavatório; cozinha e chafariz para atender as comunidades vizinhas, bem como capacitação de alunos, corpo docente e membros da comunidade local no uso e gestão da água.					
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde					
<b>Coordenador da Ação:</b> Ruy Gomide Barreira					
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)					
Identificação da SUBAÇÃO					
<b>Denominação: n°46.723</b> - Saneamento em Escolas Públicas Rurais					
Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar 02 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores a 2011	Visita realizada	unidade	02	02	100%

### Análise Crítica:

No ano de 2011 as metas foram definidas de acordo com a capacidade instalada no Diesp, ou seja, recursos humanos, materiais e quantitativo de diárias para realizar as visitas técnicas e também tudo aquilo que estava na governabilidade da Suest-AL. Ficou de fora metas como conclusão de obras que dependem exclusivamente dos municípios. Por esses motivos raríssimas exceções não foram cumpridas.

Identificação da Ação					
<b>Denominação: 3921</b> - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas					
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto					
<b>Finalidade:</b> Melhorar as condições físicas e sanitárias das habitações, tornando-as refratárias à colonização de triatomíneos contribuindo para controle da doença de Chagas.					
<b>Descrição:</b> A ação visa melhorar as condições físico-sanitárias da casa por meio de restauração (reforma) ou reconstrução; a restauração compreende, dentre os principais serviços, os seguintes: reboco das paredes internas e externas e pintura das mesmas; calçada de proteção em torno da casa; cobertura com materiais adequados; piso cimentado ou de madeira; recuperação de abrigo de animais e depósitos; substituição de cercas; e implantação e/ou recuperação de instalações sanitárias; nos casos em que as casas não suportarem reformas, as mesmas serão demolidas e reconstruídas.					
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde					
<b>Coordenador da Ação:</b> Ruy Gomide Barreira					
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)					
Identificação da SUBAÇÃO					
<b>Denominação: n°46.704</b> - Melhorias Habitacionais para controle da Doença de Chagas					
Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 41 projetos de melhorias	Projeto	unidade	41	41	100%



habitacionais de exercícios anteriores a 2011.	analisado				
Realizar 56 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores a 2011	Visita realizada	unidade	56	56	100%

### Análise Crítica:

No ano de 2011 as metas foram definidas de acordo com a capacidade instalada no Diesp, ou seja, recursos humanos, materiais e quantitativo de diárias para realizar as visitas técnicas e também tudo aquilo que estava na governabilidade da Suest-AL. Ficou de fora metas como conclusão de obras que dependem exclusivamente dos municípios. Por esses motivos raríssimas exceções não foram cumpridas.

Identificação da Ação					
<b>Denominação: 7656</b> - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.					
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto					
<b>Finalidade:</b> Propiciar resolubilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.					
<b>Descrição:</b> Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.					
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional da Saúde					
<b>Coordenador da Ação:</b> Ruy Gomide Barreira					
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)					
Identificação da SUBAÇÃO					
<b>Denominação: n°46.743</b> – Saneamento em áreas rurais de quilombos					
Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 22 projetos de saneamento ambiental em comunidade remanescente de <i>Quilombos</i> referentes a exercícios anteriores a 2011	Projeto Analisado	Unidade	22	22	100%
Realizar 09 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores a 2011	Visita Realizada	Unidade	09	0	0

### Análise Crítica:

As visitas de acompanhamento não foram realizadas porque nenhuma obra encontrava-se em andamento em 2011.

Identificação da Ação	
<b>Denominação: 4641</b> - Publicidade de Utilidade Pública	
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade	
<b>Finalidade:</b> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	

<b>Descrição:</b> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.					
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde					
<b>Coordenador da Ação:</b> Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha					
<b>Unidade Executora:</b> Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde (ASCON)					
Identificação da subação					
<b>Denominação:</b> nº46.623 - Divulgação da Imagem Institucional					
Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Divulgar 30 matérias de ações, projetos e programas da Funasa nas áreas de saneamento ambiental	Matérias Divulgadas	Unidade	30	27	90%

### Análise Crítica:

A desmobilização da equipe da Assessoria de Comunicação (ASCOM) da Suest-AL com a saída do jornalista, houve uma diminuição na publicação de matérias visando informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida. Essa ação não possui meta física no PPA.

### Programa 8007

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 8007	<b>Denominação:</b> Resíduos Sólidos Urbanos
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
<b>Gerente:</b> Silvano Silvério da Costa - Ministério do Meio Ambiente	<b>Responsável:</b> Ruy Gomide Barreira - Funasa
<b>Público Alvo:</b> População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físicoambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Fonte: Sigplan

### Ação do Programa 8007 e SUBAÇÃO de reponsabilidade da Suest-AL.

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
<b>Descrição:</b> A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a)

acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde

**Coordenador da Ação:** Ruy Gomide Barreira

**Unidade Executora:** Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

#### Identificação da SUBAÇÃO

**Denominação:** nº46.763 Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 habitantes de Alagoas.

Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 04 projetos de manejo de Resíduos Sólidos de exercícios anteriores a 2011	Projeto Analisado	Unidade	04	01	25%

#### **Análise Crítica:**

No início do ano havia a perspectiva de apresentação de 04 projetos técnicos de manejo de resíduos sólidos, não obstante somente um município o fez e foi analisado pela equipe da Diesp.

#### **Programa 0750 – Apoio Administrativo**

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 0750	<b>Denominação:</b> Apoio Administrativo
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
<b>Objetivo Geral:</b> Não definido	
<b>Objetivos Específicos:</b> Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
<b>Gerente:</b> Não se aplica	<b>Responsável:</b> Carlos Luiz Barroso Junior - Funasa
<b>Público Alvo:</b> Governo	

Fonte: Sigplan

#### **Ações do Programa 0750 e SUBAÇÕES de reponsabilidade da Suest-AL.**

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 2000 - Administração da Unidade
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
<b>Descrição:</b> A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da

União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração da unidade.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde

**Coordenador da Ação:** Marcos Roberto Muffareg

**Unidade Executora:** Departamento de Administração (DEADM)

**Identificação da SUBAÇÃO**

**Denominação: n°46.684 - Melhoria do Ambiente de Trabalho – Laudo de Avaliação Ambiental**

Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Executar 03 medidas corretivas apontadas no laudo de avaliação ambiental sob responsabilidade da Suest-AL.	Medida Executada	Unidade	03	02	66%

**Análise Crítica:**

Foram realizadas as manutenções dos ares-condicionados e as recomendações para os digitadores; os termômetros e medidores de umidade não foram adquiridos por falta de recursos para tais fins.

**Identificação da SUBAÇÃO**

**Denominação: n°46.683 Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.**

Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Desenvolver 03 ações de promoção à saúde do servidor	Ações desenvolvidas	Unidade	03	03	100%

**Análise Crítica:**

Foram desenvolvidas ações de Ginástica Laboral com o apoio do Sintesep-AL, Controle do Diabetes Mellitus e Avaliação da Hipertensão Arterial sob a coordenação da médica Dra. Tânia Mafra Ferraz.

**Identificação da Ação**

**Denominação:** 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

**Tipo de Ação:** Atividade

**Finalidade:** Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

**Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde

**Coordenador da Ação:** Marcos Roberto Muffareg

**Unidade Executora:** Departamento de Administração

**Identificação da SUBAÇÃO**

**Denominação: n°46.643 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados Públicos e seus Dependentes**

Metas	Produtos	Unidade	Exercício 2011
-------	----------	---------	----------------

		de Medida	Programado	Realizado	Realizado / Progra mado %
Beneficiar os servidores ativos, inativos, empregados públicos, contratados temporários e pensionistas com Assistência Odontológica	Pessoa beneficiada	Unidade	430	320	74%
Beneficiar os dependentes naturais com Assistência Odontológica	Pessoa beneficiada	Unidade	290	293	101%

### Análise Crítica:

Meta 1: 03 motivos contribuíram para o não cumprimento da meta: 1º novamente a demora na manutenção do compressor que em 2011 ficou quase 2 meses parado; 2º atraso na entrega de materiais e 3º a implantação da assistência odontológica pela Capesaúde diminuiu a demanda de servidores.

Meta 2: foi cumprida porque a demanda de dependentes continua alta.

Identificação da Ação					
<b>Denominação:</b> 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos direta, autárquica e fundacional.					
<b>Tipo de Ação:</b> Não informado					
<b>Finalidade:</b> Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.					
<b>Descrição:</b> Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal					
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)					
<b>Coordenador da Ação:</b> Marcos Roberto Muffareg					
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Administração (DEADM)					
Identificação da SUBAÇÃO					
<b>Denominação:</b> n°46.663 – Exames Periódicos de Servidores da Funasa					
Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado / Progra mado %
Apoiar a realização dos exames periódicos aos servidores em exercício na Suest-AL	Servidor Beneficiado	unidade	105	0	0%
Apoiar a realização dos exames periódicos aos servidores descentralizados	Servidor beneficiado	unidade	230	0	0%

### Análise Crítica:

A Capesaúde não disponibilizou médico do trabalho para avaliação dos servidores que realizaram os exames.

### Programa 0016 – Gestão da Política de Saúde

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 0016	<b>Denominação:</b> Gestão da Política de Saúde
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
<b>Objetivo Geral:</b> Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
<b>Objetivos Específicos:</b> Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
<b>Gerente:</b> Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli – Ministério da Saúde	<b>Responsável:</b> Luiz Fernando Beskow – Ministério da Saúde
<b>Público Alvo:</b> Governo	

**Ações do Programa 0016 e SUBAÇÃO de responsabilidade da Suest-AL.**

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Denominação:</b> 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade					
<b>Finalidade:</b> Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.					
<b>Descrição:</b> Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.					
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde					
<b>Coordenador da Ação:</b> Marcos Roberto Muffareg					
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Administração (DEDM)					
<b>Identificação da SUBAÇÃO</b>					
<b>Denominação:</b> n°46.685 Capacitação de Servidores Públicos Federais da Funasa em Alagoas					
Metas	Produtos	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar e Promover a participação de 50 servidores públicos federais em eventos de capacitação	Número de participação	unidade	50	37	74%

**Análise Crítica:**

A lentidão em alguns processos licitatórios, devido às exigências da Lei não atendidas pelas empresas concorrentes impediu a realização de eventos de capacitação proposto.

### 2.3.2. Resumo da Execução Física das SUBAÇÕES realizadas pela Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas.

**NOTA: A Suest-AL não faz o acompanhamento de execução financeira da SUBAÇÃO, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.**

#### Quadro A.2.2. Resumo da Execução Física das Ações Realizadas pela Suest-AL.

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Execução Física		Meta a ser realizada em 2012
									Meta Prevista	Meta Realizada	
10	512	0122	20AF	A	3	46583 Apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano	Apoiar 14 sistemas de abastecimentos de água com a implementação de ações voltadas para o controle da qualidade da água para consumo humano.	Unidade	14	14	20
							Adquirir 01 unidade móvel de controle da qualidade da água (UMCQA)	Unidade	01	01	0
10	541	0122	6908	A	3	47003 Implantar e Implementar Educação em Saúde	Apoiar 29 municípios na implantação e implementação de PESMS nos convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2011.	Unidade	29	29	30
10	512	0122	10GD	P	1	46503 Abastecimento de Água em Municípios de até 50 mil habitantes em Alagoas.	Analisar 62 projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos a exercícios anteriores a 2011.	Unidade	62	62	40
							Realizar 34 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos a exercícios anteriores a 2011.	Unidade	34	34	40

10	512	0122	2272	A	4	47783 Apoio ao processo de seleção do PAC-2	Realizar visita local para definição da contratação de projetos	Unidade	30	30	30
							Realizar entrevistas com municípios pré-selecionados para realização de obras	Unidade	16	16	15
							Realizar visita técnica preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta	Unidade	32	32	30
10	512	0122	10GE	P	1	46543 Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50 mil habitantes em Alagoas	Analisar 29 projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário de exercícios anteriores	Unidade	29	29	10
							Realizar 15 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores a 2011	Unidade	15	15	15
10	512	0122	20AG	A	3	46563 Fomento a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB.	Apoiar tecnicamente 11 municípios com a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico	Unidade	11	11	10
10	512	0122	7652	P	1	46504 Melhorias Sanitárias Domiciliares	Analisar 19 projetos de implantação de MSD de exercícios anteriores a 2011	Unidade	19	19	20
							Realizar 22 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores a 2011	Unidade	22	22	20
10	512	1036	10SK	P	1	46524 Esgotamento Sanitário em municípios da Bacia do São Francisco	Analisar 03 projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em municípios da Bacia Receptora do São Francisco de exercícios	Unidade	03	03	01



							anteriores a 2011.				
10	512	1036	10SV	P	1	46703 Abastecimento de Água na Bacia do São Francisco	Analisar 05 projetos de Abastecimento de Água em municípios da Bacia Receptora do São Francisco de exercícios anteriores a 2011.	Unidade	05	05	02
							Realizar 04 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores a 2011	Unidade	04	04	05
10	511	1287	10GC	P	1	46723 Saneamento em Escolas Públicas Rurais	Realizar 02 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores a 2011	Unidade	02	02	05
10	511	1287	3921	P	1	46704 Melhorias Habitacionais para controle de Doenças de Chagas	Analisar 41 projetos de melhorias habitacionais de exercícios anteriores a 2011.	Unidade	41	41	40
							Realizar 56 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores a 2011	Unidade	56	56	50
10	511	1287	7656	P	1	46743 Saneamento em Quilombos	Analisar 22 projetos de saneamento ambiental em comunidade remanescente de <b>Quilombos</b> referentes a exercícios anteriores a 2011	Unidade	22	22	05
							Realizar 09 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores a 2011	Unidade	09	0	05
10	131	1287	4641	A	3	46623 Divulgação da Imagem Institucional	Divulgar 30 matérias de ações, projetos e programas da Funasa nas áreas de saneamento ambiental	Unidade	30	27	30
10	512	8007	10GG	P	3	46763	Analisar 04 projetos de	Unidade	04	01	03

						Manejo de Resíduos Sólidos	manejo de Resíduos Sólidos de exercícios anteriores a 2011				
10	122	0750	2000	A	4	46684 Melhoria do Ambiente de Trabalho	Executar 03 medidas corretivas apontadas no laudo de avaliação ambiental sob responsabilidade da Suest-AL.	Unidade	03	02	03
10	122	0750	2000	A	4	46683 PCMSO na Suest-AL	Desenvolver 03 ações de promoção à saúde do servidor	Unidade	03	03	03
10	301	0750	2004	A	4	46643 Assistência Médica e Odontológica	Beneficiar os servidores ativos, inativos, empregados públicos, contratados temporários e pensionistas com Assistência Odontológica	Unidade	430	320	400
							Beneficiar os dependentes naturais com Assistência Odontológica	Unidade	290	293	300
10	301	0750	20CW	A	3	46663 Exames Periódicos para servidores da Suest-AL.	Apoiar a realização dos exames periódicos aos servidores em exercício na Suest-AL	Unidade	230	0	230
							Apoiar a realização dos exames periódicos aos servidores descentralizados	Unidade	105	0	105
10	128	0016	4572	A	3	46685 Capacitação de Servidores	Apoiar e Promover a participação de 50 servidores públicos federais em eventos de capacitação	Unidade	50	37	50

Fonte: PLAMSUS

## **2.4. Desempenho Orçamentário / Financeiro**

### **2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa**

#### **Quadro A.2.3. Identificação das Unidades Orçamentárias**

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código SIAFI da UGO</b>
<b>Superintendência Estadual da Funasa e Alagoas</b>	<b>36211</b>	<b>255002</b>

#### **2.4.2. Programação de Despesas Correntes**

Não se aplica a natureza jurídica da Suest-AL.

Justificativa: As operações de programação de despesa é de responsabilidade da Presidência da Funasa.

#### **2.4.3. Programação de Despesas de Capital**

Não se aplica a natureza jurídica da Suest-AL.

Justificativa: As operações de programação de despesa é de responsabilidade da Presidência da Funasa.

#### **2.4.3.1. Quadro Resumo da Programação de Despesas**

Não se aplica a natureza jurídica da Suest-AL.

Justificativa: As operações de programação de despesa é de responsabilidade da Presidência da Funasa.

#### **2.4.3.2. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

**Ver página seguinte**

**Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

**Valores em R\$ 1,00**

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Movimentação Interna</b>	<b>Concedidos</b>					
	<b>Recebidos</b>	255002	362110927200890181 362111012207502000  362111012201222272 362111012207502000 362111012212872272 362111012600166881 362111012800164572 362111054101226908	24.096,32 <u>879,91</u> <b>24.976,23</b>	-----	162.787,51 1.760.270,55 5.054,23 49.039,04 57.977,20 <u>18.262,29</u> <b>2.053.390,82</b>
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>					
	<b>Recebidos</b>	255002	369011012212872272 369011042301508743	-----	-----	31.067,79 <u>316.547,95</u> <b>347.615,74</b>
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Movimentação Interna</b>	<b>Concedidos</b>					
	<b>Recebidos</b>	255002	362111012207502000 362111051112877656 3621110512012220AF	16.946,00 319.454,91 <u>242.490,91</u> <b>578.891,82</b>	-----	-----
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>					
	<b>Recebidos</b>					

Fonte: SIAFI

## 2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa

### 2.4.4.1. Execução Orçamentária de Créditos

#### 2.4.4.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Não se aplica a natureza jurídica da Suest-AL.

Justificativa: Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA.

#### 2.4.4.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica a natureza jurídica da Suest-AL.

Justificativa: Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA.

#### 2.4.4.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica a natureza jurídica da Suest-AL.

Justificativa: Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA.

### 2.4.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação

### 2.4.4.3. Despesas por Modalidade de Contratação de Créditos Recebidos por Movimentação

**Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
<b>Modalidade de Licitação</b>				
Convite	-	-	--	
Tomada de Preços	91.038,12	359.359,96	91.038,12	39.905,05
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	2.076.095,03	1.733.096,37	2.015.196,17	1.433.977,86
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	422.130,73	427.767,73	422.130,73	406.419,29
Inexigibilidade	54.259,62	95.453,78	54.259,62	86.107,23

<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	-	745,34	-	745,34
<b>Pagamento de Pessoal</b>	-		-	
Pagamento em Folha	-	24.976,23	-	24.976,23
Diárias	1.369.486,32	309.697,48	1.369.486,32	309.697,48
<b>Outros</b>				

Fonte: SIAFI

#### 2.4.5. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Recebidos por Movimentação.

##### Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
Outros Benefícios Assistenciais	22.029,28	-	22.029,28	-	-	-	22.029,28	-
Sentenças Judiciais	2.067,04	-	2.067,04	-	-	-	2.067,04	-
Despesas de Exercícios Anteriores	879,91	-	879,91	-	-	-	879,91	-
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>								
Locação de Mão-De-Obra	1.204.491,84	1.504.434	1.204.491,84	1.492.549	11.885,17	11.885,17	1.194.678,53	1.437.483
Outros Serv. de Terc.-Pes.Jurídica	730.167,95	1.107.231	730.167,95	1.057.406	49.824,01	49.824,01	726.298,01	1.051.574
Diárias - Pessoal Civil	306.808,27	1.269.843	306.808,27	1.269.843	-	-	306.808,27	1.269.843
Demais elementos do grupo	159.538,50	456.649,02	159.538,50	456.649,02	-	-	183.440,70	617.967,46

Fonte: SIAFI

#### 2.4.6. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

##### Quadro A.2.13. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 - Investimentos</b>								
Obras e Instalações	319.454,91	1.130.801,00	319.454,91	-	1.130.801,58	1.130.801,58	795.727,78	-
Equip.E Material Permanent	259.436,91	29.188,94	259.436,91	5.688,00	23.500,94	23.500,94	23.500,94	5.688,00
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

**Análise Crítica:**

1 – A alteração ocorrida na programação orçamentária da UJ, em virtude da nova missão do órgão, com a inclusão do Subsistema – Serviço de Saúde Ambiental (SESAM) e a exclusão do Subsistema Distrito Sanitário Indígena (DSEI). Com isso a provisão recebida no exercício de 2011 (3.004.874,61) foi significativamente menor que em 2010 (5.547.118,16). Destaca-se o gasto com Diárias, que em 2010 foi de R\$ 1.369.486,32, e em 2011 caiu para R\$: 309.697,48.

2 – Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária:

- Carência de pessoal, ponto crucial para a execução das atividades: Setor Orçamento/finanças: 01 servidor; Seção Execução orçamento/finanças: 03 servidores; Seção Logística: 03 Servidores; Seção Material: 03 servidores CPL: 02 servidores, sendo 01 pregoeiro. NOTA: 90% desses servidores estão com previsão de aposentadoria.
- Licitação: Participação de alguns fornecedores sem o mínimo de compromisso; Ganhadores do certame que não entregam o material e quando entregam não correspondem ao licitado, desencadeando em procedimento administrativo; Os entraves legais descritos na legislação.
- A UJ orça sua demanda, no entanto, tem que se adequar ao repasse da Presidência.
- Não há efeitos na gestão orçamentária provocados pelo contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorridos no exercício.

## 2.4.7 Indicadores Institucionais

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Meta 2011	Resultado 2011
Percentual de Projetos analisados pela equipe do Diesp	Medir a capacidade da equipe do Diesp em analisar projetos	$\text{N}^\circ \text{ de projetos analisados} / \text{N}^\circ \text{ de projetos apresentados} \times 100$	$120/123 \times 100 = 98\%$	Eficácia	Plamsus	Monitoramento do Plano Operacional e Plamsus	Diesp	Não aferido	123	120
Percentual de visitas de acompanhamento de convênios realizadas	Medir o percentual de visitas realizadas em relação as programadas	$\text{N}^\circ \text{ de visitas realizadas} / \text{N}^\circ \text{ de visitas programadas} \times 100$	$99/108 \times 100 = 92\%$	Eficácia	Plamsus	Monitoramento do Plano Operacional e Plamsus	Diesp	Não aferido	108	99
Percentual de municípios apoiados com ações do PESMS	Aferir o percentual de municípios apoiados com ações do PESMS	$\text{N}^\circ \text{ de municípios apoiados} / \text{N}^\circ \text{ de municípios programados} \times 100$	$29 / 29 \times 100 = 100\%$	Eficácia	Plamsus	Monitoramento do Plano Operacional e Plamsus	Sesam	Não aferido	29	29
Percentual de Sistemas de Abastecimentos de Água apoiados para controle da qualidade da água	Aferir o percentual de sistemas atendidos	$\text{N}^\circ \text{ de sistemas atendidos} / \text{N}^\circ \text{ de sistemas programados}$	$14 / 14 \times 100 = 100\%$	Eficácia	Plamsus	Monitoramento do Plano Operacional e Plamsus	Sesam	Não aferido	14	14



### 3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

#### 3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrência no período para as contas contábeis: 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 ou 21219.22.00;

#### Análise Crítica

Não houve ocorrência no período, conseqüentemente não houve impacto dos passivos na gestão orçamentária e financeira da Suest-AL.

### 4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

#### A.4.1. Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores. Valores R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	60.898,86	-	60.898,86	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.263.388,40	27.600,16	900.714,44	335.073,80
2008	1.974.353,56	129.483,20	1.342.426,94	502.443,42

Fonte: SIAFI

#### Análise Crítica:

Analisando a evolução de pagamento de restos a pagar, verifica-se que apenas houve reinscrição de Restos a Pagar, relativo ao montante inscrito no ano de 2008 (RPNP). Os RP não processados representaram quase a totalidade do montante inscrito do período em análise. Verifica-se também que o grupo de despesa – Investimentos – se mantém como a maior parte dos RP. Os impactos evidenciados na gestão financeira, decorrentes de RP de exercícios anteriores, mostram que o saldo a pagar em 31/12/2010 (502.443,42), diminuiu em 31/12/2011, para (335.073,80). Embora tenha aumentado a saída de caixa no exercício, não houve insuficiência de recursos financeiros, em razão do montante de RP de exercícios anteriores pagos.

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro, de nossa Unidade Gestora, são originadas de obras em andamento, cuja conclusão se estendeu por mais de um exercício financeiro, além de outras despesas contratuais que ao final do exercício apresentavam alguma pendência de liquidação.

Não houve existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2011 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

## 5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA SUEST-AL

### 5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

#### 5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

**Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da Suest-AL – Situação apurada em 31/12/2011**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	-	332	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	332	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	327	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	01	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	02	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	02	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	03	-	-
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	-	335	-	-

Fonte: Sereh-Suest-AL.

#### 5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

**Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho – Situação em 31/12/2011**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	216
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	01
1.2. Exercício de Função de Confiança	01
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	214
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	01
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	01
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	02
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	02
5.5. Mandato classista	0

<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo) cedidos para TER/CGU/DPU</b>	05
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	224

Fonte: Sereh-Suest-AL.

### 5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Suest-AL

**Quadro A.5.3. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas em 31-12**

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	-	<b>07</b>	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	07	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	05	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	01	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	01	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções gratificadas</b>	-	<b>13</b>	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	11	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	02	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	-	<b>20</b>	-	-

Fonte: Sereh-Suest-AL.

### 5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da Suest-AL segundo a idade

**Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da por faixa etária - Situação em 31/12/2011**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	<b>08</b>	<b>161</b>	<b>165</b>	<b>01</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	06	160	165	01
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	02	01	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	<b>01</b>	<b>11</b>	<b>08</b>	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	02	05	-
2.3. Funções gratificadas	-	01	09	03	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	<b>09</b>	<b>172</b>	<b>173</b>	<b>01</b>

Fonte: Sereh-Suest-AL.

### 5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da Suest-AL segundo a escolaridade

**Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da por nível de escolaridade - Situação em 31/12/11**

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>				<b>40</b>	<b>152</b>	<b>143</b>			
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	40	152	140	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	03			
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	<b>10</b>	<b>10</b>	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	01	06			
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	09	04	-	-	-

<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	-	<b>40</b>	<b>162</b>	<b>153</b>	-	-	-
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência;									

Fonte: Sereh-Suest-AL.

## 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da Suest-AL segundo o regime de proventos e de aposentadoria

**Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12/2011**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	<b>381</b>	<b>03</b>
1.1 Voluntária	381	03
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>381</b>	<b>03</b>

Fonte: Sereh-Suest-AL.

### 5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela Suest-AL

**Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação em 31/12/2011**

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>512</b>	<b>05</b>
1.1. Integral	512	05
1.2. Proporcional	-	-
<b>2. Em Atividade</b>	-	-
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>512</b>	<b>05</b>

Fonte: Sereh-Suest-AL.

## 5.3 Composição do Quadro de Estagiários

**Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>13.040,00</b>
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	01	01	03	03	13.040,00
<b>2. Nível Médio</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>11</b>	<b>65.325,00</b>
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	17	18	18	11	65.325,00
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>21</b>	<b>14</b>	<b>78.365,00</b>

Fonte: Sereh-Suest-AL.

## 5.4 Demonstração dos custos de pessoal da Suest-AL

Quadro A.5.9. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retri- buições	Gratifi- cações	Adicio- nais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2011	13.325.968,82	19.264,89	10.377.527,72	14.487.183,41	631.755,19	227.842,558	0	0	4.041.885,94	45.662.011,55
	2010	19.867.820,05	20.403,70	17.015.472,58	4.828.797,95	3.530.236,67	1.635.259,59	9.143.068,32	0	0	56.041.053,86
	2009	21.752.706,44	10.741,01	22.554.728,09	6549.030,15	2.406.391,20	714.319,93	11.632.397,15	0	0	65.620.313,97
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011	25.235,15	0	0	9.024,70	0	0	0	0	0	34.259,85
	2010	342.152,89	0	31.160,78	12.600,52	0	0	0	0	0	385.914,19
	2009	321.212,00	0	26.563,34	0	0	0	0	0	0	347.775,34
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2011	25.388,64	133.742,16	0	0	0	0	0	0	0	159.130,80
	2010	24.965,49	148.049,69	0	0	0	0	0	0	0	173.015,18
	2009	51.617,05	146.965,54	0	0	0	0	0	0	0	198.582,59
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2011	228.409,53	0	0	0	0	0	0	0	0	228.409,53
	2010	237.801,03	0	0	0	0	0	0	0	0	237.801,03
	2009	232.958,46	0	0	0	0	0	0	0	0	232.958,46

Fonte: Sereh-Suest-AL.

## 5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela Suest-AL

### 5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

#### Quadro A.5.10 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Copeira	02	03	03	-	-
Office-Boy	03	03	03	-	-
Jardineiro	02	02	02	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais (Limpeza)	08	08	08	-	-
Vigilante	18	18	18	-	-
Encarregado de Manutenção	01	01	01	-	-
Bombeiro Hidráulico	01	01	01	-	-
Pintor	-	01	01	-	-
Eletricista Oficial	01	01	01	-	-
Eletricista ½ Oficial	-	01	01	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais (Manutenção)	-	01	01	-	-
Encanador ½ Oficial	-	01	01	-	-
Pedreiro	01	01	01	-	-
Auxiliar de Serviços Administrativos	09	09	16	-	-

**Análise Crítica:**  
As contratações de mão de obra terceirizada deu-se por força do Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, referente aos cargos extintos e ou em extinção. Quanto aos terceirizados(auxiliar administrativo), foram substituídos a medida que os servidores concursados foram admitidos e também o retorno dos servidores cedidos. Em 2012 não temos terceirizados no cargo auxiliar administrativo. A carência de pessoal é crucial, razão pela qual as atividades vem sendo prejudicadas de forma considerável. Assim, o Recursos Humanos enviou a Presidência da Funasa e-mail, datado de 2012, dando ciência da defasagem de pessoal. A Dispensa dos terceirizados em 2010/2011, foi publicada no Dou em 18.06.2010, 14.09.2011, 02.08.2011 e 31.12.2011, respectivamente, através de Termo Aditivo informando o quantitativo de pessoal.

Fonte: Diadm-Salog

#### Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Airyri Guimarães Minho	Aux. Serv. Administrativos	24-12-2009
Andréia da Silva	Aux. Serv. Administrativos	24-12-2009
Joel Barbosa Gomes	Aux. Serv. Administrativos	24-12-2009
Anderson Richards da Silva	Aux. Serv. Administrativos	24-12-2009
Fernanda França de Lima	Aux. Serv. Administrativos	24-12-2009
Carmem Lúcia de Almeida Andrade	Aux. Serv. Administrativos	18-06-2010
Iana Gabriel de Araújo	Aux. Serv. Administrativos	18-06-2010

Fonte: Diadm-Salog

### 5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.

Não houve ocorrência no período para Suest-AL.

### 5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Suest-AL

**Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

Unidade Contratante														
Nome:FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL EM ALAGOAS														
UG/Gestão:255002/36211							CNPJ:26.989.350/0015-11							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2006	L	O	11/2006	01.182.827/0001-26	27/07/06	26/07/11	-	10	-	-	-	-	-	E
2006	L	O	12/2006	00.977.166/0001-62	27/07/06	26/07/11	-	02	-	-	-	-	-	E
2010	V	O	11/2010	11.179.264/0007-66	12/11/10	11/11/12	-	08	-	10	-	-	-	P
2011	L	O	06/2011	01.182.827/0001-26	27/07/11	26/07/12	09	09	01	01				A

**Observação:**  
O Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P não se aplica aos contratos acima relacionados.

**LEGENDA**  
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Salog-Suest-AL.

### 5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

**Quadro A.5.14 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante														
Nome:FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL EM ALAGOAS														
UG/Gestão:255002/36211							CNPJ:26.989.350/0015-11							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	2	O	08/2008	01.182.827/0001-26	10/12/08	31/12/11		01		05				E
2008	7	O	04/2008	01.182.827/0001-26	10/06/08	09/06/12		02						P
2008	1	O	10/2008	01.182.827/0001-26	19/12/08	31/12/11			16	09				E
2009	7	O	19/2009	01.123.260/0001-30	21/01/10	20/01/11		10		30				E
2010	7	O	09/2010	04.727.003/0001-82	03/11/10	02/02/12	03	02		01				P
2010	3	O	10/2010	10.878.081/0001-80	03/11/10	02/11/12	03	02						P
2011	7	O	08/2011	01.182.827/0001-26	06/09/11	05/09/12			03	03				A

**Observação:**  
O Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P não se aplica aos contratos acima relacionados.



**LEGENDA****Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2.Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha; 4.Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6.Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;7.Outras.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Salog-Suest-AL.

**5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos****NOTA: Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos** – A Suest-AL não tem indicadores desenvolvidos para área de pessoal. Todos indicadores são elaborados pela Presidência da Funasa.**6. Informações sobre Transferências****6.1. Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício****6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011**

Não se aplica a natureza jurídica da Suest-AL.

**6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios**

Não se aplica a natureza jurídica da Suest-AL.

**6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes**

Não se aplica a natureza jurídica da Suest-AL.

**6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse****Quadro A.6.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.**

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Nacional de Saúde					
CNPJ: 26.989.350/0015-11		UG/GESTÃO: Suest-AL			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	18	-	10
		Montante Repassado	6.457.563,77	-	4.357.205,39
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	03	-	-
		Montante Repassado	1.179.460,00	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	42	-	02
		Montante Repassado	2.203.737,09	-	673.569,00
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	29	-	-
		Montante Repassado	8.065.870,57	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	46	-	02
		Montante Repassado	11.441.223,67	-	1.050.000,00
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	05	-	-
		Montante Repassado	1.224.923,88	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	15	-	-
		Montante Repassado	3.591.965,50	-	-

Fonte: CGCON-PRESI-FUNASA.

### 6.2.1. Informações sobre análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.

#### Quadro A.6.5 Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Nacional de Saúde					
CNPJ: 26.989.350/0015-11			UG/GESTÃO: Suest-AL		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			18	10
	Com prazo de análise ainda <b>não vencido</b>	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	2	3
		Montante repassado (R\$)		500.000,00	1.534.000,00
	Com prazo de análise <b>vencido</b>	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	2
			Quantidade Reprovada	4	-
			Quantidade de TCE	1	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	11	5
Montante repassado (R\$)		4.710.559,29	1.443.206,39		
2010	Quantidade de contas prestadas			100	02
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		40	01
		Quantidade Reprovada		48	-
		Quantidade de TCE		23	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)		-	-		
2009	Quantidade de contas prestadas			147	1
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		66	1
		Quantidade Reprovada		81	-
		Quantidade de TCE		28	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado		-	-		
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

Fonte: CGCON-PRESI-FUNASA.

**NOTA:** Aguarda-se parecer técnico da Diesp para realização das análises.

#### Análise Crítica:

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos, requer uma reflexão sobre a reestruturação dos serviços e a utilização de sistemas que foram sendo desenvolvidos ou apresentados para amenizar os efeitos danosos causados quando não havia tais instrumentos. De alguma forma estes quando bem utilizados e alimentados, mostram a real situação de cada Convênio ou Termo de Compromisso e facilita o acompanhamento desde a celebração até o ato final que é a conclusão do objeto pactuado. Vejamos :

Reestruturado o organograma da Funasa, criou-se o Serviço de Convênios com dois setores distintos: o de Celebração e Habilitação de Convênios e o de Prestação de Contas, porém a capacidade operacional tão necessária para dar respostas a Portaria 1104/2010 que descentralizou os atos subsequentes à celebração de Convênios e Termos de Compromisso e análises das Prestações de Contas, permaneceu a mesma, ou seja, com o mesmo número de servidores. Hoje o Serviço de Convênios da Funasa/AL, conta com dois servidores para o setor de celebração e habilitação (Sohab) e três para análise de Prestação de Contas (Sopre), quando o necessário seria mais um servidor para o primeiro e mais três para o segundo setor.

Em relação à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados podemos dizer que dentre eles figura a **Notificação**, instrumento legal e que tem demonstrado ser mais eficaz que outros, tanto que comparado o número de TCEs sugeridas em 2010 com as de 2011, verificamos que houve uma queda de aproximadamente 17.5%%.

As estruturas de Controle para o gerenciamento das transferências estas existem que são os sistemas oficiais (SISCON, SIGESAN, SICONV E OUTROS) além das planilhas criadas extraoficiais que auxiliam no controle desde a análise dos pleitos até a prestação de contas final.

## 7. DECLARAÇÃO REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS

### DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.

#### DECLARAÇÃO

Eu, Roosevelt Patriota Cota, CPF nº 035.997.104-06, ocupante do cargo de Superintendente Estadual desta Fundação Nacional de Saúde no Estado de Alagoas, declaro em observância ao item 7 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que as informações referentes aos contratos firmados por esta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores..

Maceió-Al., 30 de janeiro de 2012.

Roosevelt Patriota Cota  
035.997.104-06  
Superintendente Estadual da Funasa em Alagoas

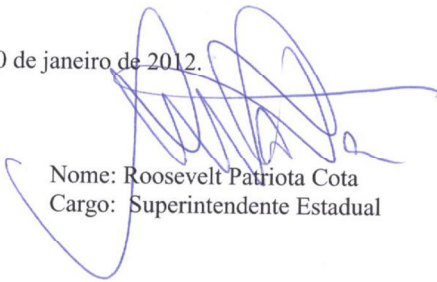
## 8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

### DECLARAÇÃO

Eu, Roosevelt Patriota Cota, CPF nº 035.997.104-06, ocupante do cargo de Superintendente Estadual desta Fundação Nacional de Saúde no estado de Alagoas, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que estão sendo tomadas todas as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730 de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas..

Maceió-Al., 30 de janeiro de 2012.



Nome: Roosevelt Patriota Cota  
Cargo: Superintendente Estadual

Para o esclarecimento de dúvidas sobre este item entrar em contato com:  
Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas – SUEST-AL  
Roosevelt Patriota Cota  
Telefone: 82.3194-2011  
Walber Miranda Vasconcelos  
Telefone: 82.3194-2044  
e-mail: [coreal.gab@funasa.gov.br](mailto:coreal.gab@funasa.gov.br)  
e-mail: [walber.vasconcelos@funasa.gov.br](mailto:walber.vasconcelos@funasa.gov.br)  
e-mail: [coreal.aux@funasa.gov.br](mailto:coreal.aux@funasa.gov.br)

## 8.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

### Quadro A.8.1. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da Suest-AL, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	38		38
	Entregaram a DBR	38		38
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Sereh-Suest-AL.

### 8.2. Análise Crítica:

No ano de 2011 todos servidores obrigados a entregar tais declarações fizeram em tempo hábil.

## 9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

### Quadro A.9.1. Estrutura de Controles Internos da Suest-AL

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais: Para análise dos quesitos respondidos a UJ utilizou de reuniões estruturadas com a participação do Gabinete, Planejamento, Divisão de Administração, Divisão de Engenharia, Saneamento Público e Seção de Recurso Logístico, envolvendo todas as pessoas das áreas estratégicas.					
<b>LEGENDA</b> <b>Níveis de Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### Quadro A.10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			



2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais:</i> Para análise dos quesitos respondidos a UJ utilizou de reuniões estruturadas com a participação do Gabinete, Divisão de Administração, Divisão de Engenharia, Saneamento Público, Planejamento, Seção de Recurso Logístico, CPL, Setor de Materiais, Seção de Acompanhamento e Avaliação, envolvendo as principais pessoas que interagem com o aspecto avaliado.					
<b><u>LEGENDA</u></b> <b><i>Níveis de Avaliação:</i></b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 11. GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

**Quadro A.11.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	<b>UF 1 – ESTADO DE ALAGOAS</b>	<b>53</b>	<b>53</b>
	<b>Municípios:</b>		
	TEOTÔNIO VILELA	01	01
	ATALAIA	01	01
	CAMPO ALEGRE	01	01
	CAMPO GRANDE	01	01
	CORURIBE	03	04
	DELMIRO GOUVEIA	03	03
	FEIRA GRANDE	01	01
	FELIZ DESERTO	01	01
	GIRAU DO PONCIANO	02	02
	IGREJA NOVA	03	03
	MACEIÓ	01	01
	MARAVILHA	01	01
	MATRIZ DO CAMARAGIBE	01	01
	MONTEIROPÓLIS	01	01
MURICÍ	01	01	
OLHO D`ÁGUA DAS FLORES	01	01	
OLHO D`ÁGUA GRANDE	01	01	

	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	01	01
	PÃO DE AÇÚCAR	03	03
	PASSO DE CAMARAGIBE	01	01
	PENEDO	04	04
	PIAÇABUÇÚ	03	03
	PIRANHAS	02	02
	PORTO REAL DO COLÉGIO	02	02
	SÃO BRÁS	02	02
	SÃO JOSÉ DA TAPERA	02	02
	SÃO SEBASTIÃO	02	02
	TRAIPIÚ	03	03
	UNIÃO DOS PALMARES	01	01
	VIÇOSA	02	02
	JEQUIÁ DA PRAIA	01	01
	<b>Subtotal Brasil</b>	<b>53</b>	<b>53</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1 – x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-</b>	<b>-x-x-</b>	<b>-x-x-</b>
	<b>Subtotal Exterior</b>	<b>-x-x</b>	<b>-x-x-</b>
	<b>Total (Brasil )</b>	<b>53</b>	<b>53</b>

Fonte: Suest-AL-Sopat

### 11.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Não houve ocorrências nesta Suest-AL em 2009, 2010 e 2011..

#### Quadro A.11.3. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Suest-AL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255002/AL	0971.00002.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	37.783,26	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2707.00007.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	105.501,18	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2727.00005.500-7	Uso em serv. Pub.	Bom	48.412,21	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2729.00002.500-7	Uso em serv. Pub.	Bom	77.126,97	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2745.00008.500-1	Uso em serv. Pub.	Bom	31.081,30	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2745.00009.500-7	Uso em serv. Pub.	Bom	31.279,95	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2745.00011.500-8	Uso em serv. Pub.	Bom	32.976,75	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2745.00012.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	31.279,95	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2747.00011.500-4	Uso em serv. Pub.	Bom	119.448,94	31/12/2011	209.248,47	0,00	0,00
255002/AL	2747.00012.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	48.412,21	31/12/2011	69.014,59	0,00	0,00
255002/AL	2747.00013.500-5	Uso em serv. Pub.	Bom	46.367,95	31/12/2011	74.514,49	0,00	0,00
255002/AL	2751.00002.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	47.683,95	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2753.00002.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	39.453,69	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2757.00004.500-2	Uso em serv. Pub.	Bom	104.178,92	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2757.00005.500-9	Uso em serv. Pub.	Bom	49.445,64	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2763.00004.500-8	Uso em serv. Pub.	Bom	22.817,19	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2763.00005.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	23.750,76	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2763.00006.500-9	Uso em serv. Pub.	Bom	64.652,77	22/11/2000	0,00	0,00	0,00

255002/AL	2785.00317.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	73.139,26	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2791.00002.500-2	Uso em serv. Pub.	Bom	44.708,51	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2801.00004.500-4	Uso em serv. Pub.	Bom	148.421,25	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2807.00002.500-2	Uso em serv. Pub.	Bom	66.201,26	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2809.00003.500-4	Uso em serv. Pub.	Bom	69.473,75	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2813.00002.500-7	Uso em serv. Pub.	Bom	159.612,78	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2817.00002.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	48.188,51	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2825.00019.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	67.403,68	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2827.00006.500-9	Uso em serv. Pub.	Bom	38.548,95	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2827.00007.500-4	Uso em serv. Pub.	Bom	31.474,57	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2827.00008.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	417.028,24	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2829.00009.500-1	Uso em serv. Pub.	Bom	61.341,51	31/12/2011	154.579,62	0,00	0,00
255002/AL	2833.00026.500-2	Uso em serv. Pub.	Bom	27.869,04	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2833.00030.500-4	Uso em serv. Pub.	Bom	24.867,88	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2833.00031.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	25.217,04	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2833.00032.500-5	Uso em serv. Pub.	Bom	164.870,64	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2835.00010.500-1	Uso em serv. Pub.	Bom	67.442,77	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2835.00012.500-2	Uso em serv. Pub.	Bom	40.205,34	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2835.00013.500-8	Uso em serv. Pub.	Bom	34.794,61	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2841.00003.500-8	Uso em serv. Pub.	Bom	68.208,20	31/12/2011	79.187,21	0,00	0,00
255002/AL	2841.00004.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	47.193,58	31/12/2011	63.060,70	0,00	0,00
255002/AL	2849.00011.500-7	Uso em serv. Pub.	Bom	64.751,71	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2849.00012.500-2	Uso em serv. Pub.	Bom	22.139,85	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2863.00007.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	40.428,30	22/11/2000	0,00	0,00	0,00
255002/AL	2863.00008.500-6	Uso em serv. Pub.	Bom	47.908,88	22/11/2000	0,00	0,00	0,00

255002/AL	2867.00006.500-8	Uso em serv. Pub.	Bom	48.188,51	22/11/2000	0,00	0,00	0,00	
255002/AL	2867.00007.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	123.891,05	22/11/2000	0,00	0,00	0,00	
255002/AL	2875.00004.500-8	Uso em serv. Pub.	Bom	26.100,00	22/11/2000	0,00	0,00	0,00	
255002/AL	2875.00005.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	84.867,13	22/11/2000	0,00	0,00	0,00	
255002/AL	2883.00005.500-4	Uso em serv. Pub.	Bom	89.870,77	22/11/2000	0,00	0,00	0,00	
255002/AL	2883.00006.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	45.765,04	22/11/2000	0,00	0,00	0,00	
255002/AL	2883.00007.500-5	Uso em serv. Pub.	Bom	44.783,95	22/11/2000	0,00	0,00	0,00	
255002/AL	2885.00033.500-3	Uso em serv. Pub.	Bom	123.724,44	22/11/2000	0,00	0,00	0,00	
255002/AL	2887.00011.500-0	Uso em serv. Pub.	Bom	326.711,12	31/12/2011	325.570,19	0,00	0,00	
255002/AL	2887.00012.500-5	Uso em serv. Pub.	Bom	63.060,22	31/12/2011	84.226,74	0,00	0,00	
<b>Total</b>								<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Suest-AL-Sopat

#### **Análise Crítica:**

A Suest-AL já encaminhou vários ofícios devolvendo a guarda dos imóveis a seguir apontados para a Gerência Regional do Patrimônio da União e até 30 de dezembro de 2011 nada foi regularizado.

RIP: 2707.00007.500-3 – Imóvel onde funciona a Secretaria Municipal de Saúde do município de Atalaia/AL – Imóvel Próprios Nacionais.

RIP: 2809.00003.500-4 – Imóvel onde funciona a Secretaria Municipal de Saúde do município de Murici/AL – Imóvel Próprios Nacionais.

RIP: 2829.00009.500-1 – Imóvel onde funciona a Secretaria Municipal de Saúde de Passo do Camaragibe/AL – Imóvel Próprios Nacionais.

RIP: 2887.00012.500-5 – Imóvel onde funciona o Laboratório de Esquistossomose no município de Viçosa/AL – Imóvel Próprios Nacionais.

O Setor de Patrimônio (Sopat) é constituído de 02 servidores e 02 estagiários que realizam as seguintes tarefas: recebimento de materiais permanentes, tombamento de material, supervisão de bens móveis e imóveis, controle físico e financeiro dos bens, instruções processuais de termo de doação e cessão de uso, registro das apropriações no Sipat e Siafi e atende demandas da Presidência da Funasa.

## 12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TI

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

## 13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

### A.13.1. Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador R\$ 1,00

Código da UG 1	255002	Limite de Utilização da UG	8.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Hélio Pomini	188.304.209-72	1.000,00	230,00	515,34	745,34
Total utilizado pela UG			230,00	515,34	745,34

Fonte: SIAFI

### Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	5	230,00	3	515,34	745,34
2010	-	-	-	-	-
2009	6	6.000,00	1	1.912,00	7.912,00

Fonte: SIAFI

## 14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

## 15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.

### 15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

#### Quadro A.15.1 Cumprimento das Deliberações do TCU *Atendidas no Exercício*

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual de Alagoas – RECURSOS HUMANOS					2207
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 031.893/2011-2	415/2012-TCU	9.1	Controle	46574-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual de Alagoas					2207
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
"Julgar ilegal as aposentadorias dos servidores Dalmo de Oliveira Santos, Edjair Lucena Tenório e Manoel Messias Tavares da Rocha".					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Serviço de Recursos Humanos					2207
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Os processos das concessões de aposentadorias de que tratam o Acórdão nº 415/2012, foram encaminhados ao Serviço de					

Pagamento da Presidência da Funasa em Brasília-DF, para o cumprimento do que determina o TCU.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Aguardando providências.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</b> Muitas decisões são tomadas a nível de Presidência da Funasa.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual de Alagoas					2207
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	TC 031.893/2011-2	415/2012-TCU	9.3.2	Controle	46574-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual de Alagoas					2207
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<i>“Dar ciência do inteiro teor do Acórdão a ser proferido aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desse recursos.”</i>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Serviço de Recursos Humanos.					2207
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Foi dado ciência aos interessados					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Resultados alcançados.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Não houve dificuldades para darmos ciência aos interessados					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual de Alagoas					2207
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	TC 031.893/2011-2	415/2012-TCU	9.3.4	Controle	46574-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual de Alagoas					2207
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<i>“Esclarecer à unidade de origem que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o conhecimento a esta Tribunal de novos atos concessórios, escoimados da irregularidade verificada, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno.”</i>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Serviço de Recursos Humanos					2207



<b>Síntese da providência adotada:</b>
Estaremos providenciando a capacitação de mais um servidor para conhecer procedimentos com relação à cálculo de média aritmética para pagamentos de aposentadorias.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Estamos ciente.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</b>
Falta de pessoal para capacitação no que se refere à cálculo de média aritmética folha de pagamento.

## 15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

### Quadro A.15.2. Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual de Alagoas – RECURSOS HUMANOS					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 031.893/2011-2	415/2012-TCU	9.2	Controle	46574-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual de Alagoas					2207
Descrição da Deliberação:					
<i>“Dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, do acórdão que vier a ser proferido, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal.”</i>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos					2207
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Não houve descontos à título de reposição ao erário na folha da pagamento dos aposentados .					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Processo em andamento.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</b>					
Recomendações atendidas conforme orientação do TCU.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual de Alagoas					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 031.893/2011-2	415/2012-TCU	9.3.1	Controle	46574-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual de Alagoas					2207
Descrição da Deliberação:					
<i>“No prazo de quinze dias, fazer cessar os pagamentos decorrentes dos autos impugnados por esta Corte, sob pena de</i>					

<i>responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do regimento Interno do TCU.”</i>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Serviço de Recursos Humanos	2207
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
A única servidora desta Superintendência Estadual capacitada para efetuar procedimentos em folha de pagamento de aposentados e pensionistas encontra-se afastada para tratamento da própria saúde, sem previsão de retorno. Portanto os processos de aposentadorias de que trata o Acórdão 415/2012 – TCU – 1ª Câmara, foram encaminhadas ao Serviço de Pagamento desta Funasa em Brasília-DF, para as devidas providências.	
<b>Síntese dos resultados obtidos.</b>	
Resultados ainda não obtidos.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</b>	
Falta de pessoal para capacitar para atuar nos procedimentos da folha de pagamento de aposentados e pensionistas.	

### 15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houve ocorrências no período.

### 15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve ocorrências no período.

## 16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.

### 16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício 2011

#### Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna *atendidas* no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2011/036
Data do Relatório de Auditoria	11/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	<b>1.1 – Recadastramento de aposentados e pensionistas</b>
Comunicação Expedida/Data	11/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Serviço de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação	<i>“Deverá a Suest/AL, enviaar esforços com vistas a concluir o recadastramento dos aposentados e Beneficiários de pensão até 31/12/2010 (?), se necessário, realizar diligências com vistas a identificar possíveis causas da ausência dos interessados. Para os casos que não obtenha êxito, deverá adotar as providências necessárias voltadas à suspensão do beneficiário da folha de pagamento na forma estabelecida no artigo 4º do Decreto nº 7.141, de 2010.”</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação:</b>	
Serviço de Recursos Humanos	
<b>Síntese das providências adotadas :</b>	
Concluimos o recadastramento pendentes do exercício de 2011 dos aposentados e pensionistas.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Alcançamos	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</b>	

Falta de Pessoal para um controle mais eficaz

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2011/036
Data do Relatório de Auditoria	11/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	<b>2.1 – Carência de Servidor</b>
Comunicação Expedida/Data	11/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Serviço de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação	<i>“Sugerimos a Suest/AL, estudar a possibilidade de retorno ao quadro de pessoal de servidores que se encontram na condição de cedidos de modo a suprir as necessidades de pessoal no âmbito da Regional.”</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação:</b>	
Serviço de Recursos Humanos	
<b>Síntese das providências adotadas :</b>	
Todos os servidores cedidos que ocupam o cargo cujas atribuições são de caráter administrativo encontram-se em exercício na sede da Suest/AL,, com exceção dos que foram descentralizados de acordo com o exposto na PT/MS nº 1399/1999.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Alcançamos	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</b>	
Aconteceu algumas resistências de alguns servidores cedidos mas através de diálogo tudo foi resolvido.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2011/036
Data do Relatório de Auditoria	11/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	<b>4.1.1 – Pagamento da VPNI no artigo 10 da Lei nº 10.483</b>
Comunicação Expedida/Data	11/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Serviço de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação	<i>“Conforme compromisso assumido pela Suest/AL, a rubrica deverá ser excluída da remuneração do servidor, ao mesmo tempo em que efetuará levantamento dos valores pagos indevidamente, adotando as providências necessárias com vista à recomposição ao erário. Ressalte-se que o assunto será objeto de acompanhamento em auditorias posteriores..”</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação:</b>	
Serviço de Recursos Humanos	
<b>Síntese das providências adotadas :</b>	
A partir da folha de out/2011, o pagamento da VPNI referente ao art. 10 da Lei nº 10.483/2002, foi suspenso e iniciado a reposição ao erário.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Alcançamos	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</b>	
Procedimento cumprido sem dificuldade.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2011/036
Data do Relatório de Auditoria	11/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	<b>5.1 – Auxílio Pré-Escolar</b>
Comunicação Expedida/Data	11/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Serviço de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação	<i>“Após análise dos documentos que sustentam o pagamento do benefício previsto no Plano de Assistência Pré-escolar com as informações lançadas no SIAPE, constatou-se na folha de pagamento, mês de competência ago/2011, do servidor inscrito no SIAPE nº 469979, o lançamento do valor de R\$ 66,00, na rubrica 0700 relativo ao benefício do auxílio .”</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação:</b>	
Serviço de Recursos Humanos	
<b>Síntese das providências adotadas :</b>	
Solicitamos à Junta Médica Siass, nova avaliação da filha maior incapaz do servidor Mat. Siape nº 469979, ficando comprovando que de fato a filha do referido servidor é incapaz, tendo, portanto direito ao recebimento do auxílio Pré-escolar.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Alcançamos	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</b>	
Resultado positivo com a participação da Junta Médica Oficial.	

## 16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

### Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2011/036
Data do Relatório de Auditoria	11/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	<b>3.2 – Adicional de Tempo de Serviço</b>
Comunicação Expedida/Data	11/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Serviço de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação	<i>“Conforme pactuado na reunião de encerramento, assumiu a Suest/AL, o compromisso de regularizar no SIAPE as situações apontadas na folha de competência do mês de out/2011. Além disso, considerando que esta Unidade realiza os trabalhos de inspeção por sistema de amostragem, deverá também realizar vistoria em toda a extensão da rubrica com vistas a identificar situações análogas, para o qual pactuou-se o prazo de 60 dias.</i>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação:</b>	
Serviço de Recursos Humanos	
<b>Síntese das providências adotadas :</b>	
Estamos fazendo levantamento do tempo de serviço dos aposentados para a devida adequação da informação no SIAPE e possíveis reposição ao erário.	

<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Em andamento
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</b>
Por falta de pessoal para efetuarmos o levantamento com relação ao Tempo de Serviço dos servidores ativos e aposentados, não concluímos a recomendação no prazo estabelecido.

## 17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado de Alagoas			255002
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, relativas ao exercício de 2011, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p>			
RESTRICAO		TITULO	
101	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB		
104	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.		
163	SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.		
203	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL.		
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.	Data	25/01/2012
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC n°	4763
Ordenador de Despesas	 Responsável Patrimônio Cota Superintendente Estadual FUNASA-AL Assinatura/carimbo		

18. **ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA**  
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL
19. **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS.**  
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL
20. **INFORMAÇÕES SOBRE COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL**  
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL
21. **INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS PARTIDÁRIOS**  
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL
22. **INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS**  
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL
23. **INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES**  
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL
24. **ANÁLISE DE SITUAÇÃO ECONOMICA-FINANCEIRA**  
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL
25. **REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES**  
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL
26. **CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”**  
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL
27. **SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.**  
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL
28. **INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA com O PLANO NACIONAL DE DESOMIBILIZAÇÃO**  
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL
29. **INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS.**  
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL
30. **AVALIAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA uj**  
Não se aplica à natureza jurídica da Suest-AL

## CONCLUSÃO:

A Divisão de Administração (Diadm) apesar da carência crucial de pessoal de apoio administrativo cumpriu seu papel dentro do contexto da Suest-AL; destaque para alteração na programação orçamentária em virtude da nova missão da Funasa, com a inclusão do Serviço de Saúde Ambiental (SESAM) e exclusão do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (Dsei/AL-SE), com isso a provisão recebida em 2011 (R\$=3.004.874,61) foi significativamente menor que em 2010 (R\$=5.547.118,16). Essa Divisão espera que ocorra concurso público para suprir a deficiência de pessoal.

Para Divisão de Engenharia de Saúde Pública (Diesp), ao contrário do que ocorreu em 2010 quando os projetos apresentados careciam de qualidade técnica, em 2011 foi possível a aprovação de vários convênios e termos de compromisso, especialmente em relação ao PAC2, num montante aproximado de R\$ 90 milhões, há que se destacar que cerca de 60% diz respeito a investimentos visando a implantação de sistemas públicos de esgotamento sanitário, também merece destaque o apoio aos municípios não só em relação à implantação dos Planos Municipais de Saneamento Básico, como também capacitação técnica de saneamento e administrativa visando não só a operação de sistemas existentes como também os em fase de implantação; não deve ser ignorada a importante medida que possibilitou o retorno aos quadros da Diesp de 5 auxiliares de saneamento, que vêm contribuindo para a redução da demanda reprimida em relação as visitas técnicas de convênios e termos de compromisso com ações de Melhorias Sanitárias Domiciliares e Melhorias de Habitação para Controle da Doença de Chagas.

O Serviço de Recursos Humanos teve como maior dificuldade no exercício de 2011 exatamente a falta de pessoal para executar tarefas de rotina como cadastro, pagamento, legislação de pessoal, etc. Esperamos que seja autorizado concurso público para 2012.

O Serviço de Saúde Ambiental (Sesam) que em sua composição encontra-se a Seção de Educação em Saúde (Saduc) começou a ser estruturado em 2011 em consonância com a nova Missão da Funasa, e tem como principais objetivos o controle da qualidade da água para consumo humano e a implantação e implementação nos municípios, do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (Pesms). Os resultados foram apontados no item 2.3. e, ainda com a aquisição da Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água (UMCQA) espera-se em 2012 a montagem da mesma e o recrutamento de servidores para desenvolvimento das ações.

Para o Serviço de Convênio (Secon) também estruturado em 2011, foi aumentado o número de servidores e em consequência mais convênios foram analisados; a mudança de localização ficando mais próximo da Diesp proporcionou uma melhor integração entre os setores e finalmente, esperamos que as deficiências apontadas sejam corrigidas para que não só o Serviço de Convênio, mas toda uma estrutura que envolve os Convênios, Termos de Compromissos e Prestação de Contas, possa atender aos preceitos das Legislações pertinentes ao assunto.

O instrumento para Planejamento em 2012 é o MS-Project, para tanto todos os Superintendentes, Chefes de Divisões e Serviços receberam treinamento para operacionalização do mesmo, dentro do programa serão registradas todas as ações a serem desenvolvidas pela Suest-AL e terá o acompanhamento constante da Presidência da Funasa.



# FUNASA



Ministério da  
Saúde

